



Eixo: Trabalho, questão social e Serviço Social.  
Sub-eixo: Trabalho e expressões da questão social.

## AS TRANSFORMAÇÕES NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E OS DIFERENTES MODELOS DE INTERVENÇÃO ESTATAL SOBRE AS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL

ANA LUCIA DA SILVA GARCIA<sup>1</sup>

**Resumo:** Neste artigo abordaremos as transformações recentes do capitalismo contemporâneo em suas versões liberal, keynesianas, até o surgimento do neoliberalismo. Em seguida descreveremos as transformações ocorridas na economia brasileira e o papel fundamental do Estado no manejo das estratégias de implantação desse modelo e enfrentamento ou não das suas sequelas negativas para a população. Daremos destaque ao modelo de desenvolvimento econômico-social denominado neo-desenvolvimentista (2003 a 2015), com seus indicadores positivos, e seu declínio e substituição por um modelo neoliberal radical (2015-2018). Por último abordaremos as consequências drásticas dessa fase atual em suas expressões da “questão social”, considerada de “barbárie social”.

**Palavras-chave:** capitalismo contemporâneo; neoliberalismo; neodesenvolvimentismo; barbárie social.

**Abstract:** In this article we will discuss the recent transformations of contemporary capitalism on Keynesian liberal versions, until the emergence of neoliberalism. Then we will describe the changes in the Brazilian economy and the key role of the State in the management of this model deployment strategies and coping or not of its negative consequences for the population. We will give emphasis to economic and social development model named neo-desenvolvimentista (2003 to 2015), with positive indicators, and your decline and replacement with a radical-liberal model (2015-2018). Finally we'll cover the drastic consequences of this current phase in their expressions of the "social question", considered of "barbarism".

**Keywords:** contemporary capitalism; neoliberalism; neodesenvolvimentismo; barbarism.

### 1. INTRODUÇÃO

Neste artigo abordaremos as transformações recentes do modo de produção capitalista e seus reflexos na sociedade brasileira, mostrando a vinculação da “questão social” com o modo de produção capitalista. Iniciaremos nossa análise com um breve resgate das transformações no capitalismo em suas versões liberal, passando pelas políticas keynesianas e o Welfare State, até o surgimento do neoliberalismo. Em seguida passamos a descrever as

<sup>1</sup> Estudante de Pós-Graduação. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. E-mail: <ana-garcia2006@ig.com.br>.

transformações ocorridas na economia brasileira, na configuração das classes sociais e no papel fundamental do Estado no manejo das estratégias de enfrentamento/escamoteamento das expressões da questão social. Daremos destaque ao modelo de desenvolvimento econômico-social denominado neo-desenvolvimentista ( período de 2003 a 2015), com seus indicadores positivos, e seu declínio e substituição por um modelo neoliberal radical. Por último abordaremos as consequências drásticas desse modelo e as expressões contemporâneas da “questão social” no cenário brasileiro.

## **2. AS TRANSFORMAÇÕES RECENTES NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA**

Iniciamos nossa análise considerando as transformações ocorridas na sociedade e no próprio capitalismo em âmbito mundial e nacional, tendo como marco a década de 70, nas quais ocorreram profundas transformações no capitalismo contemporâneo, potencializadas pelas revoluções tecnológicas e informacionais, configurando o que NETTO (2012) denomina de “sociedade tardo burguesa”.

O desenvolvimento da indústria de produção em massa se deu com a implantação do modelo de gerenciamento da produção conhecidos como fordismo, taylorismo. Nos anos 70, surge o toyotismo, tendo como elementos inovadores a flexibilização da produção, com uma mudança radical na filosofia vigente até então, com redução dos estoques, do parque industrial, e com a introdução de formas descentralizadas de produção. Com a crise mundial do petróleo, as empresas passavam a economizar energia e matéria prima, introduzindo profundas transformações nos processos de trabalho, que contribuíram para a obtenção de superlucros.

As políticas econômicas apoiadas nas teorias Keynesianas foram um importante alicerce para amenizar as questões sociais enfrentadas pela classe trabalhadora, criando via Estado, uma série de seguros sociais para os trabalhadores e desempregados, que garantiam a possibilidade de consumo,

mantendo uma espiral positiva para a economia, minimizando os impactos negativos junto à classe operária. Essa estratégia política conhecida como Welfare State ou Estado de Bem Estar Social, teve grande repercussão em alguns países da Europa no final do século. Segundo Mandel (1990):

Essa expansão (boom do pós-guerra) tinha dado um impulso poderoso a um novo avanço nas forças produtivas, a uma revolução tecnológica. Propiciou um novo salto para concentração de capitais e a internacionalização da produção; as forças produtivas ultrapassando cada vez mais os limites do Estado Burguês Nacional.(...) A exploração do trabalho somada ao incremento de novas técnicas aumentou a extração da mais valia relativa. Esta sofreu um salto quantitativo nesse período, principalmente em alguns Estados europeus como Inglaterra, RDA, Berne lux, França, ente outros, além é claro, dos EUA. O resultado dessa reestruturação produtiva salta aos olhos sob a forma do Welfare State. (Mandel 1990, p.11-12)

Uma variedade de estados social democratas, democratas cristãos e dirigistas emergiram na Europa depois da II Guerra Mundial, baseavam-se numa forma liberal de Estado, que HARVEY denomina de “Liberalismo Embutido”, que se expandiu nas décadas de 50-60, e começou a ruir no final dos anos 60, com uma grave crise de acumulação, desemprego, inflação, que durou até os anos 70, gerando estagflação. Foram adotadas medidas de austeridade, com controle de salários, preços, reprimindo as aspirações do trabalho.

Essa forma de organização político-econômica é hoje denominada normalmente “liberalismo embutido” para sinalizar como os processos de mercado e as atividades empreendedoras e corporativas vieram a ser circundadas por uma rede de restrições sociais e políticas, e um ambiente regulatório que as vezes restringiu, mas em outros casos liderou a estratégia econômica e industrial. O planejamento liderado pelo Estado e, em alguns casos, a posse pelo Estado de alguns setores-chave (carvão, aço, automóveis) não foi incomum (por exemplo, na Grã-Bretanha, na França e na Itália). O projeto neoliberal busca desvencilhar o capital dessas restrições. O liberalismo embutido produziu elevadas taxas de crescimento econômico nos países capitalistas avançados durante os anos de 1950-1960. (HARVEY,2014, p. 20-21)

Os reduzidos índices de crescimento com altas taxas de inflação formaram a base para o surgimento de uma nova corrente de pensamento econômico - o neoliberalismo, que faz fortes críticas ao modelo keynesiano de Estado Social e ao consenso do pós-guerra, que permitiram a instituição do Welfare State, com seus altos custos, visto que as políticas sociais eram financiadas pelos

impostos e garantiam a preservação de um rol de direitos da classe trabalhadora fortemente organizada.

A recessão de 1974-1975 jogou por terra a crença de que as crises do capital estariam sempre sobre controle por meio do intervencionismo keynesiano. O processo de internacionalização do capital foi um limitador da eficácia das medidas anticrise implantadas somente em alguns países. A capacidade de produção ampliada pelas novas tecnologias encontrou seus limites frente à incapacidade do consumo, provocando uma estagnação da economia, levando a tendência decrescente da taxa de lucro.

O modelo neoliberal foi largamente implementado no final do séc. XX, com base nas teorias desenvolvidas por Friederich von Hayek, Ludwig von Mises e outros intelectuais membros da Mont Pelerin Society.

A teoria neoliberal, em especial em sua versão monetarista, passou a ser influência prática numa variedade de campos políticos. Por exemplo, durante o governo Carter, a desregulação da economia surgiu como uma das respostas ao estado crônico de estagflação que prevalecera nos Estados Unidos por toda a década de 70. (HARVEY, 2014, p. 31)

A propagação da ideologia neoliberal a partir da década de 80 vai contribuir para a expansão e gradativa hegemonia econômica e política dos Estados Unidos em escala mundial, sob as diretrizes de organismos financeiros como Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, que passaram a ditar as regras que condicionariam os empréstimos e investimentos nos países em crise financeira.

Através de tratados e acordos como o Consenso de Washington, propõem mudanças em relação ao papel do Estado, com medidas voltadas para desregulação da economia, redução dos gastos públicos, redução do investimento em políticas sociais e privatizações. Essas transformações afetam as relações de trabalho, promovendo perda e fragilização de direitos e conquistas já obtidas legalmente e, em especial, impactam a organização da

classe trabalhadora, agora mais que dividida em segmentos com inserções diferenciadas no processo de trabalho.

De forma sintética, podemos apresentar como eixos fundamentais do modelo neoliberal:

- flexibilização da produção, a partir da segmentação da produção, assumindo uma nova dinâmica espacial, chamada fábrica difusa, na qual diversas etapas da produção são realizadas em lugares distintos, que se encontram ao final do processo em uma montadora, como é o caso das indústrias automobilísticas, onde os diversos componentes podem ser produzidos em diferentes locais.
- flexibilização das relações de trabalho, com novas formas de contrato, terceirização, trabalho temporário, subcontratação, liquidação dos direitos trabalhistas, desemprego estrutural, fragilização da consciência de classe e da organização sindical, precarização das condições de vida da classe trabalhadora.
- defesa do Estado mínimo com a redução do papel regulador do Estado na economia
- desregulamentação das relações comerciais e dos circuitos financeiros, com a eliminação de barreiras e proteções alfandegárias dos estados nacionais, extraordinária mobilidade do capital financeiro.
- privatização do patrimônio estatal, com transferência de riquezas nacionais para a iniciativa privada nacional e internacional.
- redução dos investimentos nas políticas sociais
- redução do tamanho do aparato estatal

Segundo, NETTO, o neoliberalismo se apresentou como um conjunto de medidas que visavam oferecer alternativas aos países em crise, centrando suas críticas na atuação do Estado regulador da economia e provedor das políticas sociais do Welfare State:

A conjunção “globalização” mais “neoliberalismo” veio para demonstrar aos ingênuos que o capital não tem nenhum “compromisso social” – o seu esforço para romper qualquer regulação política, extra mercado, tem sido coroado de êxito. “Erodiu-se o

fundamento do Welfare State em vários países, e a resultante macroscópica social saltou a vista: o capitalismo “globalizado”, “transnacional” e “pós-fordista” desvestiu a pele de cordeiro”.(NETTO, 2012, p. 159-160)

No cenário atual, que compreende a virada do século XX para o XXI, segundo diversos autores (NETTO, MESZAROS, WACQUANT) o capital enfrenta uma crise estrutural destrutiva, que compromete as possibilidades de sobrevivência de largos segmentos populacionais, em diversos continentes do planeta, levando ao que NETTO (2012) denomina “Barbárie do Capitalismo Contemporâneo”. A indústria bélica passa a ser um novo ramo de expansão da economia, com aumento dos investimentos em guerras e armamentos. Um outro ramo que surge como área de investimento privado são os sistemas privatizados de segurança pública, privatização de presídios, redirecionando os investimentos no Estado Social para investimento no Estado Penal, como estratégia de conter a população sobrando.

A massa de capitais acumulados pela expansão é redirecionada para setores improdutivos – militar, financeiro especulativo – diminuindo a continuidade do ciclo de reprodução do capital, proporcionado pelos investimentos produtivos. A irracionalidade do sistema capitalista, regido pela lei do valor, e as contradições próprias que levam a economia mundial a um superaquecimento irremediável, revelam-se sobre o véu especulativo parasitário. (MANDEL, 1990, p. 215)

### **3. AS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO E OS DIFERENTES MODELOS DE INTERVENÇÃO ESTATAL**

Considerando as particularidades do cenário brasileiro, aqui vivenciamos um período de crescimento econômico acelerado dos anos 40 aos anos 70, com forte atuação do Estado na economia, criando as condições para uma profunda alteração da base econômica e política agrário-exportadora, para o desenvolvimento industrial de grande porte, com o rápido crescimento e fortalecimento de uma burguesia industrial, alterando a configuração das classes sociais (trabalhadora e dominante). Foi realizado pelo Estado um grande investimento de recursos públicos para criar as bases do parque

industrial com a infraestrutura e os meios necessários à sua expansão (hidrelétricas, siderúrgicas, petróleo, minérios, rodovias, etc.).

Apesar do crescimento econômico do país, do aumento do PIB, os trabalhadores continuavam submetidos a condições de exploração extrema, não havia políticas públicas nem direitos sociais. Os trabalhadores começaram a se organizar em sindicatos e partidos políticos de esquerda, e a questionar o modelo de desenvolvimento econômico em curso, tendo como referências o pensamento das correntes comunistas e socialistas internacionais, que começaram a ganhar projeção no Brasil, influenciando o movimento operário, que pressionava por mudanças políticas e econômicas. A mobilização tomou grandes proporções e foi considerada uma ameaça à ordem capitalista burguesa, obtendo como reação um golpe de Estado em 1964, a partir do qual os militares assumem o poder por 20 anos, mantendo o curso do desenvolvimento capitalista, comandado pela burguesia nacional associada ao capital internacional.

A repressão imposta pela ditadura militar cerceou com violência as formas de organização e luta da classe trabalhadora urbana e do campo, das associações de moradores, dos movimentos sociais. Lado a lado ao crescimento exponencial do Produto Interno Bruto, e enriquecimento da nova burguesia industrial, comercial e financeira, verifica-se o arrocho salarial sob a forma de congelamento do salário mínimo durante anos, com o conseqüente aumento da pobreza, não mais uma condição imposta apenas aos desempregados, mas em relação aos trabalhadores inseridos no mercado de trabalho, gerando uma nova expressão da questão social, o “pauperismo da classe trabalhadora”.

Ao nos debruçarmos sobre essa temática, verificamos a existência de um rico debate entre os estudiosos da “questão social”, de distintas perspectivas teóricas, no qual PASTORINI em seu livro “A categoria “questão social” em debate”(2007) faz uma síntese muito interessante, mostrando que as teses defendidas por diversos autores contemporâneos podem ser distinguidas a partir de seu referencial teórico de análise. Nesse trabalho utilizaremos os

autores que se baseiam no referencial marxista, cujo entendimento sobre a gênese da questão social se funda no modo de produção capitalista, e que ao longo da história vai apresentando novas expressões decorrentes das transformações ocorridas na sociedade capitalista.

A gênese da “questão social” encontra-se no caráter coletivo da produção e da apropriação privada do trabalho, de seus frutos e das condições necessárias à sua realização. Trabalho e acumulação são duas dimensões do mesmo processo, fruto do trabalho pago e não pago da mesma população trabalhadora, como alertou Marx. O capital tende a expandir-se infinitamente por meio da apropriação do trabalho não pago. A ampliação da superpopulação relativa, ou população sobrando para as necessidades médias de valorização do capital, faz crescer o desemprego e a precarização das relações de trabalho. Assim, o pauperismo como resultado do trabalho é uma especificidade da produção fundada no capital (NETTO, 2001 apud IAMAMOTO, 2013, p.21).

No Brasil, a posição de subordinação ao centro hegemônico do capitalismo mundial, e em função da história social e política desde a colonização, não vivenciamos o reconhecimento de um estatuto de cidadania para todos, nem um rol de políticas sociais no padrão desenvolvido pelo Estado de Bem Estar Social Europeu. Ao contrário, o capital internacional encontrou aqui as condições mais que ideais para sua expansão, tendo em vista o baixo custo de remuneração dos trabalhadores.

(...) “o fordismo ‘a brasileira’ tinha fortes semelhanças com o fordismo clássico, em se tratando da composição do parque industrial, haja vista a diminuição da participação dos ramos produtores de bens de consumo não duráveis e o aumento do peso das indústrias pertencentes ao setor metalomecânico (produção de maquinaria e, em especial de bens de consumo duráveis). Entretanto, em relação a outros parâmetros, o “fordismo a brasileira” apresenta singularidades, como o regime de trabalho com baixa proteção social, e elevados índices de rotatividade da força de trabalho, pautados na flexibilidade e precariedade estruturais do mercado de trabalho (cf. cap. 4). Determinado por um contexto de ausência de democracia que possibilitou as medidas de arrocho salarial e intensa repressão ao movimento sindical, o “fordismo ‘a brasileira’ se constituiu sob uma norma de consumo restrita, tendo em conta a desigualdade social assentada na concentração de renda reflexo, por sua vez, da ausência de uma série de reformas estruturais adiadas pelos processos de modernização conservadora e revolução passiva, sob forte intervenção estatal. (FERREIRA,1993 apud SANTOS, 2012, p.184-185)



A década de 80 vai ser marcada pelo fim da ditadura e início do processo de redemocratização do país, que passa a vivenciar uma grande mobilização social e política por eleições diretas, que não ocorreram. A opção foi por um regime de transição gradativa para a democracia. Mas as forças populares e democráticas continuaram seu processo de organização social e política, iniciando um forte movimento de luta pela revisão da Constituição Federal, que se deu através de um Congresso Constituinte e uma Assembleia Nacional Constituinte, esta segunda, que contou com inédita participação da sociedade civil organizada (partidos políticos de esquerda, igreja católica, movimentos sociais urbanos e do campo, organizações de direitos humanos).

Assim, com forte participação popular, de categorias profissionais, militantes de movimentos sociais, foi possível inserir na Constituição de 88, um novo patamar de políticas e direitos a serem afiançados pelo Estado. Neste cenário de intensa disputa política, a Constituição da República Federal de 1988, é marcada pelo reconhecimento de direitos dos cidadãos e das obrigações do Estado com a garantia de políticas públicas em diversas áreas. Neste sentido, foi somente no final da década de 80 que o conceito de direitos de cidadania passa ser assimilado no Brasil, rompendo com um legado histórico de sua negação.

Porém, essas conquistas não implicaram na redução da capacidade de acumulação pelo capitalismo em sua fase monopolista, na redução da pobreza, do desemprego, da insuficiência de acesso à infraestrutura de saneamento, na eliminação de doenças delas decorrentes. A acumulação capitalista, a concentração de renda, as desigualdades sociais aumentam.

As expressões da questão social no Brasil no novo século são acrescidas de novos elementos, como o desemprego estrutural, com eliminação de postos de trabalho em caráter permanente, com a extinção diversas profissões; o pauperismo entre trabalhadores pelos baixos salários; o aumento da violência urbana, com os altíssimos índices de assassinatos, assaltos e roubos; aumento do consumo e do poder do tráfico de drogas, com o surgimento de crackolândias

a céu aberto nas cidades; o aumento sem precedentes da população carcerária e a insuficiência/falência do sistema penitenciário; a exclusão dos jovens do acesso ao mercado de trabalho entre outras, dão a dimensão de uma parcela da população cada vez maior, excluída do acesso aos bens e direitos previstos na Constituição brasileira.

Para Bauman, a combinação da estratégia bifurcada de incriminação da pobreza e da brutalização dos pobres, impede a condensação de um sentimento de injustiça capaz de rebelar-se contra o sistema. Como diz WACQUANT, o encarceramento reelabora sua missão histórica dirigindo-se à regulação da miséria (talvez sua perpetuação) e ao armazenamento dos refugos do mercado. (...) transformando-se gueto e prisão em um *continuum* favela-prisão, saltam aos olhos, se pensarmos na maneira maciça com que a juventude das favelas do Rio é atirada à criminalização pelas estratégias de sobrevivência do comércio varejista de drogas. (WACQUANT, 2001, p.12)

Outro viés em relação à questão social contemporânea tem sido a criminalização das formas de luta e organização dos trabalhadores e movimentos sociais, servindo como elemento para deslegitimar estratégias até então previstas legalmente como o direito de organização, de expressão, direito de greve, entre outros.

Em outras palavras, a judicialização dos conflitos e das lutas sociais é uma das formas que as frações da classe dominante vêm utilizando para ocultar a lógica conflitiva da luta de classes visibilizada, pública e politicamente, pelas classes subalternas em seus processos político-organizativos de luta. Ao transportar o conflito e as lutas para as arenas judiciais, o instrumento mormente utilizado para criminalizá-los é o da garantia legal do direito de propriedade. (DURIGUETTO, 2017, p. 110)

Surge neste cenário um pensamento conservador, baseado no medo e na insegurança presente na sociedade, que leva a respostas como manifestações de racismo, xenofobia, extermínio de negros, jovens, homossexuais e um apelo ao retorno da ordem imposta durante a ditadura militar. Partidos e candidatos de extrema direita ganham projeção, e disputas intensas são travadas para reversão de direitos já inscritos na Constituição Federal e em outras leis, como a revisão da legislação trabalhista, a reforma da previdência social, a disputa pela redução da maioria penal, extinção do auxílio reclusão para as famílias dos presos, liberação do porte de uso de armas por civis, autorização para

guarda municipal ser armada, extinção dos programas assistenciais como o Bolsa Família, entre outras.

Diversos autores apontam a limitação das políticas sociais, seu caráter paliativo no que diz respeito ao enfrentamento das questões sociais, e seu caráter funcional ao sistema capitalista, na medida em que continua seguindo as diretrizes neoliberais, sem alterar a estrutura de desigualdades que geram a expressões da questão social, inerentes à lógica do sistema capitalista, como explicitam ALMEIDA e ALENCAR (2015):

As políticas públicas não escapam às armadilhas de conversão do fundo público em elemento de fomento ao processo de acumulação sob a hegemonia do capital financeiro, seja através do montante de verbas públicas, através do superávit primário ou da transferência direta de recursos, via o crescimento das rubricas vinculadas ao esforço de estabelecer um novo padrão de gerenciamento apoiado nos processos de privatização e terceirização dos serviços sociais. (ALMEIDA e ALENCAR, 2015, p. 165)

E mais, no que diz respeito ao papel e alcance da Seguridade Social no Brasil, temos evidências de que elas contribuíram para um processo de expansão dos domínios do capital, seja através da financeirização, privatização e focalização. MOTA (2006) sinaliza seu caráter contraditório:

Todavia, na dinâmica reprodutiva do capitalismo, esta constatação não exime de ser o campo da Seguridade Social também um ambiente de intervenção política das classes dominantes, seja como mecanismo de integração social, seja como meio de compatibilizar capitalismo, direitos sociais e democracia. A Seguridade Social é por definição um campo de disputas, seja por parte do trabalho, seja por parte do capital, que continuamente tenta adequá-la aos seus interesses. MOTA (2006, p. 164-165)

Mas, e necessário ressaltar que, contraditoriamente, verificamos na última década, na gestão do Partido dos Trabalhadores, com os presidentes Lula e Dilma, algumas características peculiares do modelo de desenvolvimento nacional em curso imprimem um caráter diferenciado aos propostos pelas diretrizes da ortodoxia neoliberal. Esse modelo adotado foi denominado de “modelo neodesenvolvimentista”, que associa ao desenvolvimento econômico, o consumo de massa, a “inclusão social” e a oferta de políticas sociais básicas, de uma forma ainda não observada na história do país. Segundo POCHMAN (2012):

trata-se de um modelo que conjuga, além do crescimento econômico, a reafirmação da soberania nacional (Brasil como credor mundial, acúmulo de reservas externas e diversificação de parceiros comerciais); reformulação do papel do Estado (reforço nas empresas e bancos públicos, aumento do funcionalismo público, o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC), e choque distributivo. Este último, sobretudo no que tange ao reajuste do salário mínimo e dos benefícios sociais (previdência, assistência, seguro-desemprego e abono salarial), política de habitação popular (o Programa Minha Casa Minha Vida), financiamento à agricultura familiar e expansão do crédito para pessoas físicas. (POCHMAN 2012 apud MARQUES, Morena, 2016, p.58).

Considerando esses últimos argumentos sobre as políticas sociais no governo do PT, podemos inferir que, mesmo diante de um cenário macroeconômico bastante adverso, pudemos vivenciar no Brasil, um período de expansão de investimentos em políticas públicas, e especificamente na Política de Assistência Social (com destaque para o Benefício de Prestação Continuada, destinado a idosos e pessoas com deficiência e o Programa Bolsa Família), que foi capaz de alterar, ainda que parcialmente, a condição de extrema pobreza, em uma escala sem precedentes, elevando o patamar de cidadania deste segmento populacional, apesar de não eliminar de fato a pobreza e a desigualdade social, conforme menciona Marilda IAMAMOTO (2013):

O IPEA registra a existência de um ciclo virtuoso de crescimento constante da economia brasileira, desde 2003, com base na renda familiar que registra uma taxa acumulada de 40,7% de crescimento até 2011, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios-PNAD 2011.(...) A desigualdade de renda no Brasil vem caindo continuamente entre 2001 e 2011: a renda per capita dos 10% mais ricos teve um aumento acumulado de 16,6%, enquanto a dos mais pobres cresceu 91,2% no período. Ou seja, a renda dos mais pobres cresceu 550% mais rápido que a dos 10% mais ricos. (IAMAMOTO, 2013, p. 328)

A crise que leva à queda do governo petista em 2016 pode ser compreendida segundo a mesma autora, como reflexo da disputa pela distribuição dos escassos recursos do governo federal, e que, portanto leva ao questionamento do volume de recursos destinados à área social como Previdência Social, Bolsa Família. São várias as medidas adotadas no governo Temer (PMDB), que apontam para uma reorientação drástica no sentido da ortodoxia neoliberal, com redução dos recursos antes investidos no social, e não mais considerados necessários, encerrando o ciclo do “neodesenvolvimentismo” implementado na gestão do PT.

É justo nesse contexto de redução de recursos pessoais advindos do mercado de trabalho que a determinação neoliberal de devolver toda responsabilidade por seu bem estar ao indivíduo tem efeitos deletérios. À medida que reduz os recursos dedicados ao bem estar social e reduz seu papel em áreas como assistência à saúde, ensino público e assistência social, que um dia foram tão fundamentais para o liberalismo embutido, o Estado vai deixando segmentos sempre crescentes da população expostos ao empobrecimento. A rede de seguridade social é reduzida ao mínimo indispensável, em favor de um sistema que acentua a responsabilidade individual. (HARVEY, 2014, p. 86).

Com relação ao crescente processo de transferência de responsabilidades do Estado para as organizações da Sociedade civil, que se dá pela via de convênios e de terceirização de serviços e de trabalhadores, frente à quase extinção de concursos públicos, concordamos com MONTAÑO em sua crítica quando afirma tratar-se de um processo que visa camuflar o desinvestimento público na área social:

O que é parte substantiva da atual estratégia de reestruturação do capital - a desresponsabilização do Estado e do capital com as respostas às sequelas da “questão social” – passa a ser mostrado (e interpretado) como modernização, como *aggiornamento*, como mecanismos de superação da crise fiscal, como necessidade geral, como processo “natural”. O que é um “recorte” de políticas sociais e assistenciais do Estado e uma redução relativa do seu gasto social passa a ser visto como uma passagem de um setor (o estatal, o primeiro) para outro (o “terceiro setor”, a “sociedade civil”). O que é uma *perda* de direitos conquistados, passa a ser considerado como *aumento* da atividade civil. (...) Na verdade, a função das “parcerias” entre o Estado e as ONGs não é a de “compensar”, mas de encobrir e de gerar a aceitação da população a um processo que, como vimos, tem clara participação na estratégia atual da reestruturação do capital. (MONTAÑO, 2008, p. 223)

#### 4. CONCLUSÕES

Os recentes escândalos de corrupção nas instâncias do governo federal, com foco inicial na derrubada do governo do PT (Lula e Dilma), e agora do PMDB (Temer) revelam de forma explícita, um Estado predominantemente a serviço dos interesses do grande capital, nacional e internacional, e seu desprezo total pela garantia dos mínimos direitos de cidadania conquistados pela população ao longo de anos de luta. São frontalmente atacados a Constituição, a Consolidação das Leis do Trabalho, a Previdência Social, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Sistema Único de Assistência Social, o Sistema

Único de Saúde, o Sistema de ensino público em todos os seus níveis (fundamental, médio e superior).

Assistimos as denúncias sobre o *modus operandi* da corrupção nas instâncias do Legislativo, do Executivo e do Judiciário, das empresas estatais privadas, dos partidos políticos, e os desvios de bilhões de recursos públicos para interesses privados, enquanto a população morre por falta de acesso a saúde, com epidemias e doenças que se reproduzem por falta de saneamento básico, pela extrema violência urbana.

Uma justiça que não consegue reverter o quadro de corrupção disseminada nos altos cargos de governo, que não consegue dar o mesmo tratamento a todos, e que portanto é tendenciosa a proteger seus aliados e atacar seus adversários, não é capaz de instaurar uma nova cultura de segurança, de legalidade, onde os crimes de colarinho branco de todos os políticos sejam igualmente apurados e punidos, com a mesma agilidade com que são punidos os crimes dos pobres e negros.

Compõe esse cenário regressivo as medidas punitivas e repressivas estatais, que vem assumindo uma crescente e continua predominância na administração das desigualdades e, também, das resistências que a elas são organizadas pelos trabalhadores. Essas desigualdades – resultantes da dinâmica contemporânea de acumulação do capital e das suas ofensivas explicitadas anteriormente – são disseminadas, tal qual no séc. XIX, como problema de ordem individual e moral. É sob essa ideologia que se reveste a contenção e administração pelo cárcere, pela assistencialização ou pelo extermínio dos pobres, dos desempregados, do precarizado, dissipando-se insegurança social, escalada dos distúrbios públicos e aumento das desigualdades.” (WACQUANT, 2001, pág. 60)

A descrença nos partidos políticos e na possibilidade de governabilidade do país, a despolitização da população, a desarticulação dos movimentos sociais com a infiltração de grupos que promovem a violência e depredação ao final dos atos públicos, abre perigosamente as portas para o retorno a uma ditadura militar, uma extrema direita, historicamente aliada aos interesses do grande capital.

Entretanto, como podemos verificar com os dados do IBGE, IPEA sobre o governo do Partido dos Trabalhadores, bem como os estudos sobre o Welfare State, que existem diferentes concepções e opções políticas, que podem ter incidências distintas no atendimento as necessidades da classe trabalhadora e dos empobrecidos. O que nos faz considerar que existem sim, modelos de desenvolvimento econômico e social distintos em disputa.

Com relação ao modo de produção e sobre a irracionalidade da lógica do capital levada aos extremos, é possível ter esperanças que a crise que ora vivenciamos seja de fato uma crise estrutural que aponte para a extinção do sistema capitalista, e que sejam gestadas novas alternativas, com base em novos modelos de desenvolvimento sócio-econômico-político.

Entendemos que o aprofundamento sobre as teorias elaboradas em torno da “questão social”, baseado em sólido referencial crítico marxista, poderá contribuir para o entendimento das suas expressões na contemporaneidade.

Tendo presente esses elementos que persistem no transcurso da história das sociedades capitalistas e que se encontram presentes nas diferentes versões da questão social, queremos destacar o que há de novo na versão contemporânea da questão social, e quais os elementos que permanecem e que cruzam os diferentes estágios capitalistas e as diferentes “versões” da “questão social”. (PASTORINI 2004, p. 12)

A tarefa que nos é apresentada como profissionais de Serviço Social e pesquisadores, é a de contribuir na análise da realidade e produção de conhecimentos para a construção de uma sociedade com base em outros padrões de civilização, na qual os cidadãos e suas condições de vida sejam o centro das preocupações e atenções. Destacar nesse cenário adverso as iniciativas bem sucedidas, visando sua difusão e implementação é uma estratégia possível.

## **REFERÊNCIAS**

ALMEIDA, N. L. T.; ALENCAR, M. M. T. Serviço Social e trabalho: particularidades do trabalho do assistente social na esfera pública estatal

brasileira. **Revista O Social em Questão**, Rio de Janeiro, ano XVIII, n. 34, 2015.

DURIGUETTO, M. L. Criminalização das classes subalternas no espaço urbano e ações profissionais do Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 128, jan./abr.2017.

HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações**. 5. ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2014.

IAMAMOTO, M. V. O Brasil das desigualdades: questão social, trabalho e relações sociais. **Ser Social**, Brasília, v. 15, n.33, jul./dez 2013.

MANDEL, E. **A crise do Capital**. São Paulo: Ensaio UNICAMP, 1990.

MONTAÑO, C. **Terceiro Setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2008.

MARQUES, M. G. O fim do ciclo PT: do colaboracionismo de classe a ortodoxia neoliberal. **Ser Social**, Brasília, v. 18, n 38, 2016

MOTA, A. E.; MARANHÃO, C. H.; SITCOUSKY, M.. O Sistema Único de Assistência Social e a formação profissional. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano XXVII, n. 87, set. 2006.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social” em debate**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007. (Coleção Questões de nossa época, 109)

PAULO NETTO, J. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

\_\_\_\_\_. Crise do capital e consequências societárias. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 111, jul./set. 2012.

SANTOS, Josiane S. **“Questão Social” particularidades no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2012. (Coleção Biblioteca Básica de Serviço Social, 6)

WACQUANT, L. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.